

CASAMENTOS EXOGÂMICOS: ASPECTOS BIOLÓGICOS E CULTURAIS

*M. L. Rodrigues de Areia **

Resumo

1 — Exogamia e adaptação

Até que ponto normas culturais, como as regras do parentesco, estão ao serviço da maior aptidão dos indivíduos ou favorecem a estratégia da reprodução num determinado contexto? Há na nossa espécie um imperativo reprodutor que se exprime através da família e determina normas e práticas e valores em função desse imperativo. Nesta perspectiva a história do casamento torna-se de facto numa história natural de reprodução humana.

2 — Exogamia e incesto

É hoje indiscutível a existência em diferentes animais de mecanismos biológicos conducentes à evitação do cruzamento consanguíneo em geral e do incesto em particular. A aplicação destas conclusões ao primata humano constitui para os antropólogos um desafio para a interpretação sociobiológica das regras do parentesco e do princípio da exogamia.

3 — Exogamia e reprodução

A hipótese sociobiológica mostra que nas sociedades unilineares (só nelas se aplica o princípio da exogamia) além da proibição do incesto, a sociedade favorece (quase impõe) os casamentos entre parentes o mais próximo possível. Ora a existência de mecanismos evitativos do cruzamento consanguíneo implicaria apenas que os indivíduos se unissem com co-específicos afastados. Isso não se verifica.

Nas sociedades unilineares o indivíduo não se casa com a irmã (biológica ou classificatória) mas casa com a não-irmã (prima) mais próxima. A exogamia exprime portanto uma estratégia de reprodução que privilegia ao mesmo tempo a fecundidade (fuga à consaguinidade) e a socialidade (ligação mais próxima possível ao grupo de parentesco).

* Professor Catedrático do Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra.

1 – EXOGAMIA E ADAPTAÇÃO

Em algumas aldeias do interior norte e centro de Portugal mantem-se ainda viva a oposição dos rapazes a que jovens pretendentes de fora da terra (aldeia ou povoação) comecem a namorar moças suas conterrâneas sem uma espécie de acordo formalizado por vezes no pagamento de uma "*multa*" quase sempre sob a forma de pagamento de uma bebida ou prática equivalente. A oposição inicial aos pretendentes estranhos ao grupo pode tomar as formas mais diversas, desde o furar os pneus da bicicleta ao vexame público, mas visa sempre "*correr com eles*" até que se concretize a aceitação do pretendente por parte do grupo e a mesma seja explicitada de forma adequada.

Serve-me a evocação da sobrevivência deste costume como pretexto para uma reflexão, muito breve, e certamente discutível, sobre a prática da exogamia no contexto das regras do parentesco. O assunto embora seja banal em termos de Antropologia Social apresenta hoje perspectivas novas que resultam de um diálogo recentemente esboçado (embora esteja ainda longe de ir até às últimas consequências) entre as Ciências Sociais e as Ciências da Natureza (Wiegele, 1982; Hinde, 1987; Rodrigues de Areia, 1989). As reflexões que proponho e que são, evidentemente, provisórias, devem entender-se neste contexto e como tal pretendem ser apenas um modesto contributo para o alargamento deste diálogo.

Talvez a essência mesma da exogamia se apreenda melhor num contexto de práticas que até parecem anti-exogâmicas como a acima referida. Se nos perguntarmos: — porquê a prática da exogamia? — verificamos que a procura de resposta à luz do registo etnográfico da experiência de diferentes grupos humanos, aponta para um modelo mais geral de sobrevivência dos grupos e que a prática da exogamia se integra num processo também mais geral de adaptação. E nesse contexto o problema da exogamia levanta outras questões igualmente pertinentes e que decorrem do mesmo processo adaptativo. Eis algumas dessas questões:

— Por que é que as práticas sexuais condenáveis são por via de regra as não reprodutivas?

— Por que é que o código de moral sexual é tão diferente nas sociedades matrilineares e patrilineares?

— Por que é que os Bosquímanos espagam os filhos (mais ou menos de quatro anos) e eliminam os gémeos?

A procura de resposta a questões tão diversas como estas leva-nos, por outro lado, e invariavelmente, a processos de adaptação dos grupos a um meio concreto e à descoberta de mecanismos diversos de sobrevivência desses grupos. Adaptação e sobrevivência necessariamente num mundo dinâmico em evolução. Neste processo de pesquisa a prática da exogamia radica fundamentalmente em processos biológicos. É uma explicação.

No processo geral de adaptação e evolução de seres vivos constitui um patamar importante, pelo que representa de inovador, a reprodução sexuada. De facto a facilidade da reprodução assexuada em que um indivíduo, planta ou animal, se fragmenta dando vários indivíduos rigorosamente iguais sem passar pela problemática aproximação de outros, como na reprodução sexuada, tem como contraponto dessas vantagens e facilidade, o facto de ser uma simples reprodução sem inovação. A reprodução assexuada, fácil e imediata, não inova. Os indivíduos *"re-produzem-se"* rigorosamente como são. Pelo contrário na reprodução sexuada, em rigor, os indivíduos não *"re-produzem"* nem um nem outro, mas produzem seres novos, algo diferentes de qualquer dos progenitores. É uma combinação nova de elementos genéticos. E esta novidade é fundamental para prosseguir o caminho da evolução e adaptação.

Representando a reprodução sexuada um passo tão importante no percurso da evolução é normal que a mesma natureza que a inventou também crie mecanismos que a defendam. Ora se na reprodução sexuada se envolvem indivíduos geneticamente muito próximos (irmãos, pais e filhos, etc.) a natureza estaria a trabalhar contra si mesma: por um mecanismo de variação genética (reprodução sexuada) estaria a obter os mesmos efeitos da reprodução assexuada (identidade genética). As vantagens da reprodução sexuada tenderiam a ser anuladas sempre que ela se processasse entre indivíduos geneticamente muito afins. Ao nível das plantas, a profusão e difusão dos muitos milhões de células masculinas (grãos de pólen) obvia a esse problema, mas nos animais, e em particular nos que desenvolveram formas modernas de adaptação, como o comportamento social, a questão passa por mecanismos que desencadeiam comportamentos evitativos de cruzamentos possíveis.

Estes comportamentos evitativos, que a etologia moderna tem posto em evidência em numerosos grupos animais, preservam por mecanismos adequados, quase sempre decorrentes das próprias estruturas sociais, as vantagens da reprodução sexuada dando ao imperativo reprodutor, comum a todas as espécies, uma maior garantia de continuidade. A exogamia, mesmo entendida como prática cultural humana, apreende-se melhor neste contexto. E isto torna-se mais evidente se analisarmos a esta luz a norma tradicional da proibição do incesto.

2 — EXOGAMIA E PROIBIÇÃO DO INCESTO

As explicações tradicionais da proibição do incesto não têm contemplado suficientemente a perspectiva biológica não obstante desde há muito Lowie (1935) ter remetido precisamente para o domínio da biologia a explicação final deste fenómeno. Mas até agora a biologia não explicou de facto a razão de ser da proibição do incesto, nem tão pouco parece ser da sua conta encontrar a explicação última da ocorrência de normas de conduta da sociedade humana.

Apesar disso as pesquisas das últimas décadas no domínio da biologia do comportamento parecem dar razão, ao menos em parte, à proposta de Lowie. É precisamente desse contributo actual da biologia do comportamento para o esclarecimento do velho problema da proibição do incesto que se pretende dar conta neste ensaio. Se a origem física do Homem, enquanto espécie distinta de outras que lhe são anatomicamente afins dentro do grupo dos Primatas, apaixonou os cientistas do século XIX a ponto de podermos afirmar que essa curiosidade está até na origem da própria antropologia constituída em ciência, do mesmo modo a segunda metade do século XX assiste a um notável movimento de pesquisa sobre as origens do comportamento humano convergindo nesta tarefa as investigações de diferentes ramos da ciência, nomeadamente da etologia, da psicologia e da sociologia as quais impulsionam e levam a aprofundar os dados tanto da antropologia física e biológica como os da antropologia social e cultural.

O aspecto mais curioso e até antinómico da problemática da proibição do incesto resulta do facto, ao que parece único na história das investigações sobre o Homem, de se tratar de um comportamento que é, por um lado, claramente cultural, mas que ao mesmo tempo se apresenta com características de indiscutível universalidade. Os numerosos autores que se debruçam sobre este problema têm partido do pressuposto de que tudo o que é cultural é particular, ao passo que todo o comportamento com a característica de universalidade seria por isso mesmo natural. A proibição do incesto seria, assim, ao mesmo tempo algo de natural (pela universalidade) e algo estritamente cultural (pelo seu carácter de norma). Ora admitir uma norma universal implica de algum modo uma afirmação contraditória. Este aspecto antinómico que torna singular o estudo desta questão e que serviu de ponto de partida para os trabalhos de muitos investigadores entre os quais são de destacar os de C. Lévi-Strauss, em particular o seu estudo notável sobre as estruturas elementares do parentesco.

Partindo desta antinomia crucial Lévi-Strauss apoia a sua construção teórica na explicação do factor normativo e deixa para segundo plano a universalidade do fenómeno. Admitindo muito embora que a biologia serve de suporte à cultura, no caso particular da proibição do incesto Lévi-Strauss acaba por negar simplesmente o seu fundamento biológico. Assim é que toda a sua construção das *"Estruturas elementares do parentesco"* (1967) resultou brilhante mas parcial porque de algum modo se pode considerar mutilada desde a base. De facto a distinção natureza / cultura, pedra angular de todo o edifício lévi-straussiano acusa um desequilíbrio acentuado em desfavor dos aspectos biológicos da questão, factor que vai condicionar ao longo de toda a obra as vias explicativas do problema. Sem dúvida que há comportamentos humanos que são essencialmente culturais como os há que são simplesmente naturais, mas na prática esta distinção nem sempre é objectiva e raramente é operatória. Já

que a grande maioria dos comportamentos na espécie humana se apresentam como comportamentos bioculturais na medida em que qualquer que seja a etiqueta aposta à componente de um comportamento (que se diz cultural ou social, ou pelo contrário, natural ou biológico) dificilmente a outra componente estará reduzida a zero. Postular que um comportamento humano é biocultural teria sido à priori um ponto de partida bem mais consentâneo com o que sabemos da espécie humana, para analisar qualquer forma concreta de comportamento e muito particularmente o relativo à proibição do incesto (Rodrigues de Areia, 1980).

Contrariamente ao pressuposto de Lévi-Strauss segundo o qual nos animais ocorriam cruzamentos perfeitamente ao acaso (panmixia), os etologistas verificaram que certas ligações possíveis e prováveis entre animais muito consanguíneos não se verificam. Não havendo qualquer norma ou proibição, designou-se este comportamento por evitativo (evitam-se ligações esperadas).

Perante tais comportamentos o biólogo não pode deixar de perguntar:

"que vantagens advêm ao indivíduo com este comportamento?" As respostas aparecem ou em termos de factores ecológicos ou em termos de dinâmica de populações.

Nos casos mais estudados (ratos das pradarias e gansos do Canadá) verifica-se que é a convivência da infância que funciona como mecanismo indicador da consanguinidade. Há de facto ou uma supressão da sexualidade (rejeição, inibição) ou pelo menos uma significativa redução da descendência (quando há cruzamentos). A convivência na infância parece ser determinante.

Ora o ritmo notoriamente retardado do desenvolvimento humano comparativamente aos outros vertebrados superiores só viria acentuar mais os factores que reforçam a proximidade dos indivíduos na fase juvenil, a saber, a sua prolongada permanência em ligação íntima até à fase de autonomia. O facto de a espécie humana prolongar esta fase juvenil (de crescimento) até aproximadamente um terço do período da existência implicaria também um reforço dos mecanismos geradores da inibição referida.

Os estudos recentes dos grupos humanos instalados nos *"Kibbutzim"* israelitas juntamente com alguns dados importantes de comunidades tradicionais chinesas são elementos de peso na busca de uma resposta fundamentada à questão que nos propusemos discutir.

Löffler chama a atenção para a evitação espontânea de ligações sexuais e a consequente exogamia na população de um *"Kibbutz"*. Os relatórios elaborados acerca deste tipo particular de comunidade humana (Spiro, 1958; Talmon, 1965) mostram uma evidente dissolução da família nuclear e uma notória colaboração colegial em todas as tarefas. Por outro lado, no que respeita à educação, não há qualquer limitação às brincadeiras de tipo erótico das crianças... *"de noite podem meter-se nas camas uns dos outros; rapazes examinam como "médicos" raparigas nuas; nas aulas, eles e elas beijam-se*

sem constrangimento...". Mas logo que surge a maturidade sexual os jovens evitam-se espontaneamente, surgindo até eventualmente comportamentos hostis que tendem a evoluir para formas posteriores de camaradagem; sistematicamente os parceiros da vida sexual serão procurados fora do "Kibbutz".

Também Wolf (1966) observou um fenómeno paralelo de evitação em diversas comunidades da ilha Taiwan (Formosa). Comparando a evolução, em termos estatísticos, de dois tipos de casamento, Wolf observa que uma forma de casamento tradicional prescreve que a futura noiva vá residir desde tenra idade na casa dos pais do futuro noivo. Assim acontece que os que mais tarde serão marido e mulher são levados a conviver desde crianças, educados portanto como irmão e irmã. Wolf observou que a vida matrimonial destes casais se apresentava, estatisticamente, muito mais tensa do que a dos casais que só se conheceram quando adultos. Os parceiros sexuais criados como irmãos ou quase irmãos apresentam uma ligação difícil, um índice muito elevado de ruptura quer oficial (divórcio) quer camuflada (outras ligações, prostituição, etc.).

Aproximando as observações de Wolf por um lado e as de Spiro e Talmon, por outro, Löffler conclui que mecanismos específicos de socialização, nomeadamente os que implicam íntimo contacto corporal, levam a uma genuína inibição do incesto. A questão é importante e merece um mais amplo aprofundamento, mas implica desde logo a procura da resposta a uma questão complementar, a saber: comprovada a existência de mecanismos de evitação do incesto, como explicar a existência da norma universal de proibição do mesmo?

Os progressos no estudo do comportamento, obtidos principalmente pela etologia, pela genética e pela psicologia experimental, mostram que factores neurofisiológicos e genéticos representam inclinações ou tendências comportamentais que inter-actuam de forma complexa com a experiência que o indivíduo adquire no próprio meio, tornando assim muito difícil determinar o que num contexto normativo é redutível ou não a mecanismos biológicos subjacentes.

Embora a base biológica da proibição do incesto resulte mais de convergências do que de uma demonstração positiva, tanto a sua universalidade como a sua inserção dentro das diversas estruturas sociais dos Primatas, apontam para o alto valor adaptativo deste comportamento. Esta característica de universalidade apresenta-se pois como tendo um fundamento genético (aliás não se vê como a explicar de outro modo), e resultando de mecanismos que correspondem a pressões diversas da selecção e nomeadamente da selecção sexual. É nesta perspectiva que admitimos com Ruse (1979) que os genes favoráveis à proibição do incesto teriam sido favorecidos pela selecção, levando os indivíduos à prática da exogamia. Neste caso o

problema que se põe será o de saber se os padrões culturais da actividade sexual humana derivam de genes ou de mecanismos culturais não genéticos. Efectivamente nos Primatas não humanos, onde mecanismos culturais não genéticos são de excluir, os padrões de actividade sexual assemelham-se em muitos aspectos aos do Homem. O que significariam então as chamadas regras de parentesco? — Simples formas de etiquetar comportamentos, responde R. Fox (1978); os tabus e as regras dariam simplesmente nome a tendências naturais muito anteriores à emergência da cultura. Neste caso a variação, tanto na forma como no conteúdo, das regras de parentesco é que seria função da experiência cultural e até da própria história dos povos. Aí se situa também a exogamia.

3 – EXOGAMIA E REPRODUÇÃO

O problema do aparecimento da exogamia teve uma interpretação que fez regra durante quase um século. De facto em 1889 Tylor escrevia um artigo no *"Journal of Anthropological Institute of Great Britain and Ireland"* intitulado: *"On a method of investigating the development of institutions, applied to laws of marriage and descent"* no qual comentava a organização exogâmica como decorrendo da situação do homem primitivo em que a opção quando dois grupos se encontravam, teve que se fazer em termos de *"to marry out"* ou *"to be killed out"*. Toda a teoria da reciprocidade de Lévi-Strauss desenvolve este tema inicial da Antropologia.

Tratava-se de uma estratégia de sobrevivência que fundamenta de facto uma teoria de aliança e reciprocidade mas que não se pode confundir com uma simples extensão da proibição do incesto. É antes de mais uma prática decorrente de uma norma cultural que proíbe casamentos dentro de um grupo de parentesco. Não é, ao contrário da proibição do incesto, uma norma universal e deriva, claramente, da invenção (também cultural) da descendência unilinear. Esta ligação necessária entre exogamia e descendência unilinear é uma adaptação cultural que se admite estar ligada às primeiras fases de fixação dos grupos humanos a partir da domesticação de plantas e animais (Berghe, 1980).

Enquanto que a proibição do incesto visa impedir relações sexuais entre indivíduos aparentados, a exogamia proíbe o casamento entre indivíduos de um grupo (clânico p. ex.) que pode comportar milhares de indivíduos referenciados a um mesmo antepassado eventualmente mítico e cujo grau de parentesco pode ser extremamente ténue.

Relativamente aos efeitos quanto à consanguinidade pode dizer-se que se a proibição do incesto evita ligações entre consanguíneos próximos (irmão-irmã, mãe-filho, pai-filha), a exogamia impõe certos casamentos dentro de um parentesco próximo já que por via de regra se concretiza na prática de casamentos entre primos cruzados, como em seguida se verá. Se o efeito da

proibição do incesto é a redução da consanguinidade, a exogamia pelo contrário, por via de regra aumenta-a.

A reciprocidade entre grupos de descendência, sem economia especializada (na economia de subsistência não havendo excedentes não há, ou são reduzidos, os bens de prestígio que fundamentam a reciprocidade), só poderia conseguir-se com a exogamia cuja forma mais coerente (em termos de aliança) se processa no que Lévi-Strauss chamou, dentro das estruturas simples do casamento, a permuta generalizada. Com efeito impondo-se de algum modo a reciprocidade dos grupos (explicação de Tylor ou outra) houve que optar entre a dispersão total de reciprocidade e a redução da mesma a um grupo (permuta restrita: $A \rightleftarrows B$); o mais adequado (entenda-se com maior valor adaptativo) foi alargá-la a alguns grupos clânicos, vinculando-os por um sistema de aliança geral: $\uparrow A \rightarrow B \rightarrow C \dots \rightarrow N \downarrow$. Neste sistema as esposas são realmente (geneticamente) mas não socialmente, parentes.

Pode até dizer-se que os elementos perdidos por um grupo (em termos de parentesco) no sistema unilinear são recuperados como "*esposas*" e "*aliados*" visto que um indivíduo (*ego* de referência) deverá casar-se com a parente mais próxima fora do seu grupo de parentesco, e essa parente é a sua prima cruzada. A permuta generalizada impõe o princípio dos casamentos preferenciais entre primos cruzados. Esta é de facto a forma comum da exogamia (Berghe, 1980). Dizem-se primos cruzados os que são filhos de irmãos do sexo diferente. Pelo contrário são primos paralelos os que são filhos de irmãos do mesmo sexo. Curiosamente a ocorrência deste tipo de casamentos preferenciais, entre primos cruzados, nas sociedades unilineares, foi uma das principais razões invocadas por C. Lévi-Strauss como argumento para afastar a hipótese de qualquer interpretação biológica da proibição do incesto; e o argumento é simples: como invocar qualquer motivação biológica para práticas em que uns casamentos são proibidos e outros são impostos, estando à mesma distância genética? Esta questão merece um breve aprofundamento. Admitamos duas hipóteses alternativas:

a) A probabilidade de o pai social ser o pai biológico real é = 1, isto é, a paternidade é certa.

b) A probabilidade de o pai biológico coincidir com o pai social é diferente de 1, por ex. = 0,5

No primeiro caso, e só nesse, a hipótese de Lévi-Strauss se verifica.

É um facto que a ligação de mulheres com outros homens além do marido é em regra frequente, e relativamente aceite, em sociedades matrilineares. Por um lado o parentesco é assegurado pela mãe, e só são considerados parentes os do lado materno; e por outro, o valor fundamental é assegurar a descendência (sem o que qualquer casamento não tem plena validade). Estes dois factores contribuem para um estatuto social de grande liberdade sexual para a mulher. Estas circunstâncias, a que se deve juntar o estatuto de

sociedade poligínicas em geral, reduz a probabilidade da paternidade de acordo com o velho adágio etnográfico "*mater sempre certa, pater semper incertus*". A relação de parentesco entre primos pode só ser a mesma em termos aparentes; estas sociedades partem desse pressuposto já que entre uns não é possível o casamento e entre outros não só é possível como é recomendado.

Há primos que estão demasiado próximos: (perigo de consanguinidade: primos paralelos matrilineais); há outros que podem estar demasiado afastados (não favorece o altruísmo: primos paralelos patrilineais). A uns e outros é vedado o casamento. Há primos que estão ligados por um parentesco intermédio que parece ser a opção equilibrada entre uma certa consanguinidade (que favorece o altruísmo) e uma suficiente distância genética (que favorece a variabilidade e saúde do grupo),. São os primos cruzados que correspondem sempre a estes requisitos. A exogamia responde assim à dupla exigência para a sobrevivência do grupo: liga indivíduos aparentados para serem solidários e suficientemente não-aparentados para não caírem nos inconvenientes da elevada consanguinidade.

Bibliografia

- BERGHE, P.L. Van den, 1980 – Incest and exogamy: a sociobiological reconsideration, *Ethology and Sociobiology*, 1, 151-160
- FOX, R., 1978 – Parenté chez les Primates et systèmes de parenté humains, in: "*Anthropologie biosociale*", R. Fox dir., ed. Complexe, P.U.F., Paris
- HINDE, R.A., 1987 – Individuals, relationships and culture: links between ethology and social sciences, Cambridge University Press, Cambridge
- LÉVI-STRAUSS, C., 1967 – Les structures élémentaires de la parenté, 2^a ed., Mouton e Ce., Paris
- LÖFLER, L.C., 1972 – Inzest und Exogamie, *Homo*, 23, 4, p. 351-365
- LOWIE, R. H., 1935 – Traité de sociologie primitive, trad. Eva Métraux, Paris
- RODRIGUES DE AREIA, M. L., 1980 – A proibição do incesto: determinação social ou motivação biológica?, *Contribuições para o Estudo da Antropologia Portuguesa*, 10, 5, p. 235-282
- RODRIGUES DE AREIA, M. L., 1989 – Sociobiologia e Antropologia, *Análise Psicológica*, 7, 1-3, p. 43-46
- RUSE, M., 1979 – Sociobiology: sense or nonsense? - D. Reide Publishing Company, Londres
- SPIRO, M. E., 1958 – Children of the Kibbutz, ed. Mass, Cambridge
- TALMON, Y., 1965 – The family in a revolutionary movement, in: "*Comparative family systems*", M. F. Nimkoff ed., Boston
- TYLOR, E. B., 1889 – On a method of investigating the development of institutions: applied to laws and marriage and descent, *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 18, p. 245-272
- WIEGELE, T. C., 1982 – Biology and the social sciences: an emergent revolution, Westriew Press, Colorado
- WOLF, A. P., 1966 – Childhood association, sexual attraction and the incest taboo: a chinese case, *American Anthropologist*, 68, p. 885-898